Artigo

A consolidação das estatísticas da construção

Fernando Garcia

A I Conferência Nacional de Estatística (Confest), realizada há dez anos, discutiu o futuro do sistema de nacional estatísticas econômicas que estava gradativamente migrando do modelo censitário para o amostral. O novo modelo de produção de estatísticas econômicas que o IBGE buscava estruturar na época prometia informações controladas sobre o universo das empresas no País, a um custo menor que os censos econômicos. Este artigo discute os resultados desse novo sistema, que já está em pleno funcionamento e traz informações consistentes e completas sobre a cadeia da construção.

A promissória

Há dez anos realizou-se no Rio de Janeiro a I Conferência Nacional de Estatística (Confest), promovida e organizada pelo IBGE. Entre tantos temas debatidos ao longo de uma semana inteira de trabalhos, existiam as mesas que discutiam os indicadores de atividades da indústria de transformação, da construção civil, do comércio e dos serviços. Na pauta, a mesma questão para a reflexão de produtores e usuários de estatísticas: o futuro do sistema de estatísticas econômicas.

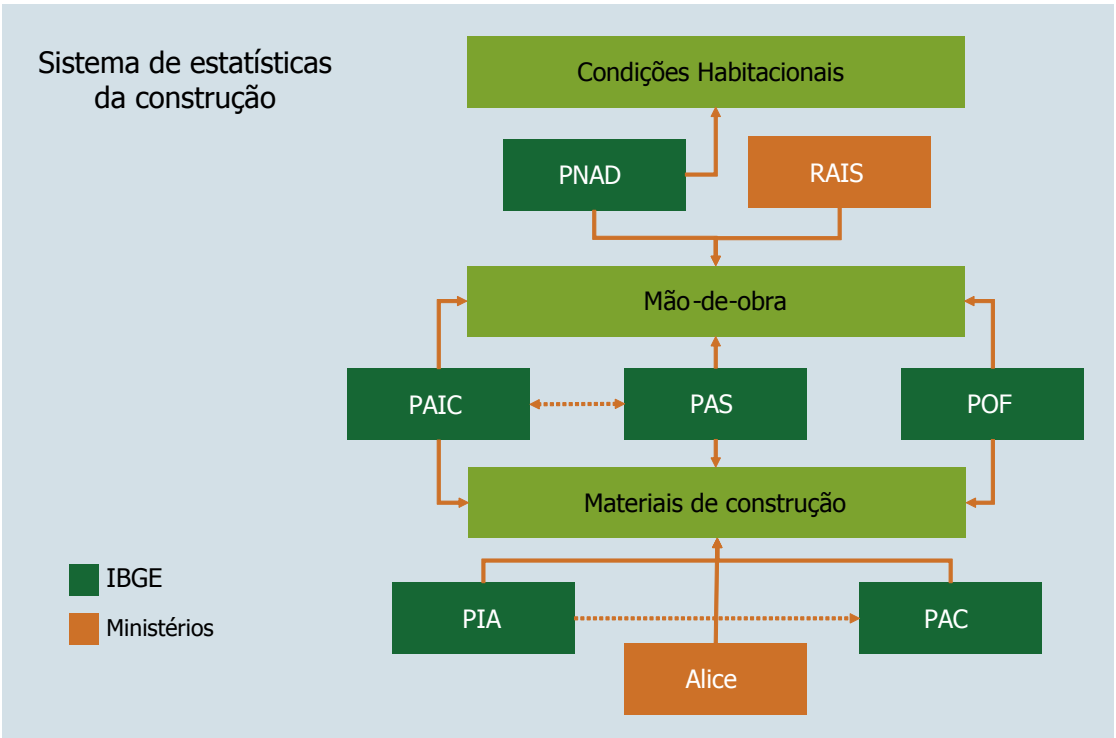
Já havia mais de dez anos que o último censo econômico fora realizado. Essa imensa e minuciosa pesquisa, realizada pela última vez em 1985, levantou estatísticas detalhadas de todas as atividades econômicas do país e gerou uma base de informações rica e consistente da economia nacional. Mas entre 1985 e 1996, a tecnologia, o ambiente institucional e as políticas haviam mudado sensivelmente, em especial no caso das manufaturas e das obras. A industria de transformação enfrentava uma concorrência nunca vista, propiciada pela abertura comercial e financeira e pelo câmbio apreciado. A construção civil saía de uma crise profunda e se acomodava em um patamar de renda e emprego que era 2/3 do observado nos anos 1980. E saía da crise com restrição de crédito, corte de investimentos públicos e grandes incertezas em relação ao marco institucional que iria prevalecer nos setores de infra-estrutura. A indústria de materiais de construção mudava seus produtos e processos, setores como o de cimento passavam por profundas reformas patrimoniais, etapas produtivas eram terceirizadas, o emprego com carteira assinada reduzia sua participação. Nesse ambiente de transformações, as relações econômicas descritas no censo de 1985 já haviam perdido seu sentido. E como os fatos novos ainda não tinham registros conclusivos no sistema nacional de estatísticas, o que um usuário de estatísticas dispunha de informações à época tornava qualquer análise incompleta e, muitas vezes, inconclusiva.

Naquela Confest se discutiu um novo modelo de produção de estatísticas econômicas, visto que o IBGE já não dispunha de verbas para continuar realizando os custosos censos econômicos. O sistema de pesquisas amostrais que o IBGE buscava estruturar na época estava no caminho certo. As pesquisas amostrais ganhariam destaque: o IBGE pretendia realizar um cadastro nacional de empresas em cima do qual as pesquisas amostrais seriam construídas. Em breve obteríamos informações controladas sobre o universo das empresas. As pesquisas amostrais também ganhariam amplitude setorial e regional. Não se anunciou quando esse futuro iria chegar, muito em razão desses projetos dependerem de financiamento para sua realização, mas havia a segurança de que esse futuro estava em construção. A própria realização de uma conferência como aquela mostrava o grau de abertura, transparência e dialogo que o IBGE buscava.

O resgate da dívida

No início de 2006, ao coordenar um estudo[1] sobre a cadeia da construção civil, realizado pela FGV Projetos para a Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção – Abramat, defrontei-me com o futuro anunciado na conferência de

1 FGV Projetos (2006): *A Tributação na Indústria Brasileira de Materiais de Construção*. FGV Projetos, São Paulo.



1996. O objetivo do estudo era o de avaliar a tributação na cadeia da construção e seus impactos sobre a informalidade das construtoras, indústrias, estabelecimentos comercias e prestadores de serviços que nela operam. Para empreender tal análise, precisávamos de informações de qualidade que pudessem ser detalhadas setorial e regionalmente. Além disso, precisávamos de bases de dados que "conversassem" entre si, não só no sentido de terem metodologias compatíveis, mas que levassem a inferências consistentes. E, para o bem das análises realizadas, o novo sistema de estatísticas setoriais já estava em pleno funcionamento e suas informações convergiam.

Precisávamos de bases de dados que "conversassem" entre si, não só no sentido de terem metodologias compatíveis, mas que levassem a inferências consistentes

A Pesquisa Industrial Anual (PIA) contava com uma amostra controlada de empresas, a qual permitiu inferir sobre as atividades de mais de 40 mil indústrias produtoras de materiais de construção ou matérias-primas, máquinas e equipamentos para a cadeia da construção, e cerca de 2,4 mil empresas extrativas minerais que fornecem insumos. A Pesquisa Anual da Indústria de Construção (PAIC), que concluía sua fase extensa de implantação, trouxe muitas e valiosas informações sobre as construtoras e suas obras, várias delas desagregadas regionalmente. Esses dados foram complementados pelas informações do comércio e dos serviços da cadeia da construção oriundas da Pesquisa Anual do Comércio (PAC) e da Pesquisa Anual dos Serviços (PAS), ambas com inferências para o universo das empresas.

Além das pesquisas setoriais, três outras bases de dados do IBGE forneceram subsídios imprescindíveis para a análise. A Pesquisa de Orçamento Familiar (POF), divulgada na forma de microdados, permitiu que fossem feitas tabulações detalhadas sobre o consumo de materiais de construção realizado pelas famílias, por tipo de produto e unidade da federação. A Pesquisa Anual por Amostra de Domicílios (PNAD) deu informações sobre condições de moradia, renda e emprego da população, também desagregadas regionalmente. E as estatísticas da pesquisa Economia Informal Urbana de 2003, pela primeira vez, trouxe informações sobre o número de estabelecimentos, a renda gerada e os salários pagos no segmento informal da construção civil.

A consolidação

Com esse conjunto de pesquisas foi possível, pela primeira vez desde o Censo Econômico de 1985, tratar de forma completa e consistente a cadeia da construção e seus elos. Seguem dois exemplos que dão uma boa idéia do grau de consistência das inferências realizadas por essas pesquisas, as quais tra-

tam de universos, partem de amostras e empregam instrumentos de coleta de dados muito distintos.

Segundo a POF, as famílias brasileiras realizaram despesas com materiais de construção de R$ 26,5 bilhões em 2003. Conforme as estatísticas da PAC, o comércio varejista de materiais de construção faturou aproximadamente R$ 26,6 bilhões nesse mesmo ano. Ou seja, o que famílias alegaram ter gasto em materiais de construção coincide com o que o comércio disse ter faturado; a diferença entre as duas informações, de R$ 129 milhões, não chega a 0,5% do valor transacionado nesse mercado.

No que diz respeito ao mercado global de materiais de construção, os dados também são convergente. Somando as importações, no valor de R$ 2,9 bilhões, à estimativa da oferta doméstica, no valor de R$ 46,7 bilhões, chega-se a uma oferta global de materiais de construção de R$ 49,6 bilhões em 2003. De outro lado, somando as despesas das famílias, de R$ 26,5 bilhões, com a demanda das construtoras, de R$ 19,5 bilhões, e as exportações, no valor de R$ 4,0 bilhões, chega-se a uma demanda global por materiais de construção de R$ 50,0 em 2003. Entre as duas há uma diferenças de apenas 0,8%, a qual pode ser tranqüilamente atribuída a variações de estoque, erros e omissões.

> O que famílias alegaram ter gasto em materiais de construção coincide com o que o comércio disse ter faturado

Esses resultados promissores, e várias outras informações sobre vendas, renda e emprego na cadeia da construção, foram discutidas na II Conferência Nacional de Estatística, realizada em agosto de 2006. Nessa segunda rodada de debates entre produtores e usuários, ficou clara a idéia de que o novo sistema de estatísticas está em plena operação e que as estatísticas por ele geradas têm completude e consistência. Em outras palavras, o sistema está consolidado. Agora é hora de avançar nas questões metodológicas para ganhar ainda mais em qualidade e detalhamento das informações. ■

